

Uma herança pesada de R\$ 73 bilhões

O tamanho do ajuste no setor público, realizado pelo governo Fernando Henrique Cardoso depois do Plano Real, é diretamente proporcional ao aumento da dívida pública federal. Os passivos assumidos pela União nos últimos anos frequentemente atingiram a casa dos bilhões, uma parcela significativa deles resultou do processo de privatização iniciado no governo Collor e vários foram parar no Orçamento por meio de Medidas Provisórias.

É o que demonstra a programação dos Encargos Financeiros da União (EFUs), na proposta do Orçamento Geral da União para 1998. Os EFUs incluem os juros, encargos e amortização da dívida pública, além das inversões financeiras – desembolsos do governo federal que futuramente serão ressarcidos. Para cobrir esses gastos no próximo ano estão orçados R\$ 73 bilhões, quase o dobro do que deve ser desembolsado este ano.

A reestruturação das dívidas dos estados, baseada na troca de títulos públicos estaduais por papéis federais, por exemplo, vai consumir R\$ 6,8 bilhões, uma das maiores cifras dos EFUs. Outro item de peso é o

Evolução da dívida federal (Em R\$ bilhões, preços constantes, junho 1997)			
Origem	Dez/96	Dez/97	Dez/98
Dívida pública interna	134	252	271
Mobiliária	123	235	256
Em poder do público	94	211	233
Na carteira do Bacen	29	24	23
Contratual	11	17	15
Dívida pública externa	97	104	107
Mobiliária	73	83	89
Contratual	24	21	18
Total	231	356	378

Fonte: STN (Informações complementares à proposta orçamentária para 1998)

custo do incentivo que o governo federal está dando para sanear os bancos estaduais com o objetivo de privatizá-los, transformá-los em agências de fomento ou mesmo mantê-los sob o controle dos governos estaduais. Para essa finalidade estão previstos R\$ 4 bilhões de gastos a título de inversões financeiras.

Tanto as despesas com a rolagem das dívidas como aquelas decor-

rentes do ajuste dos bancos estaduais serão cobertas futuramente com ativos entregues pelos estados e com o pagamento das dívidas refinanciadas. “O processo de modernização do Estado também deixou seu rastro na dívida pública”, constata o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG). Somente no próximo ano, a União vai pagar R\$ 24 milhões de juros e outros R\$ 70,9 milhões de

amortização de dívidas internas do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), transferidas para o Tesouro Nacional antes da extinção do órgão.

Como a maior parte desses passivos foram herdados do passado, a equipe econômica acha “natural” que eles sejam financiados inclusive com recursos ordinários – aqueles obtidos com a cobrança de tributos. “Esses déficits indicam que houve uma antecipação de recursos tributários no passado, que não estavam disponíveis, e que estão sendo pagos hoje”, defende o secretário-adjunto do Tesouro Nacional, Fábio Barbosa.

É também o caso do Instituto Brasileiro do Café (IBC). As dívidas deixadas pela entidade antes de ser extinta vão demandar da União somente no próximo ano R\$ 6,8 milhões para cobertura de juros e outros R\$ 106 milhões para amortização do principal. A privatização de estatais vinculadas à Siderurgia Brasileira S.A. (Siderbrás), à Nuclebrás, à Rede Ferroviária, entre outras, continuam produzindo reflexos na conta de juros e amortização da dívida pública.

(L.H.L.)